

AVANÇASP



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS
CORAÇÕES/MG**

**CONCURSO PÚBLICO
01/2026**

ADVOGADO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e prova discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada à transcrição do texto definitivo da prova discursiva. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 4h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva.
- 01 (uma) hora após o início da prova é possível retirar-se da sala levando o Caderno de Questões.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta.
- Quando for permitido abrir o Caderno de Questões, verifique se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se está completo e sem falhas. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais nas Folhas de Respostas, especialmente nome, número de inscrição, número do documento de identidade e cargo. Leia atentamente as instruções para preenchimento.

- Marque, nas Folhas de Respostas específicas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu e a transcrição de seu texto.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o Caderno de Questões.

- Ao se retirar, entregue as Folhas de Respostas preenchidas e assinadas ao fiscal de sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja em sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou as Folhas de Respostas;
- d) se recusar a entregar as Folhas de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou as Folhas de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

Uma insatisfação crônica

O dinheiro é um bom servo, mas um péssimo patrão. Sendo usado para o nosso bem e para o bem do próximo é uma bênção, mas, usado de forma egoísta, só para o nosso deleite e de forma avarenta, só para explorar o próximo, é uma maldição. Certamente, o problema não é ter dinheiro, mas o dinheiro nos ter; não é guardar dinheiro no banco, mas entronizá-lo no coração.

O dinheiro é necessário, pois sem ele não suprimos nossas necessidades nem podemos socorrer os necessitados. Porém, o dinheiro, por mais volumoso, não pode nos oferecer felicidade nem segurança. É ledor engano pensar que o dinheiro é fonte de alegria ou imaginar que o dinheiro nos blindar dos perigos da vida. O dinheiro é volátil. É insensatez, portanto, confiar na instabilidade da riqueza. O dinheiro, outrossim, não pode comprar as coisas mais importantes. O dinheiro pode nos dar momentos felizes, mas não pode adquirir para nós felicidade. Pode nos dar uma casa, mas não um lar; pode nos dar conforto, mas não saúde; pode nos dar alimento, mas não apetite; pode nos dar bajuladores, mas não amigos; pode nos dar um rico funeral, mas não a vida eterna.

O dinheiro pode ser conquistado por nós com o suor do nosso rosto ou pode ser deixado para nós como herança dos nossos pais. Pode vir do trabalho das nossas mãos ou das mãos daqueles que laboraram antes de nós. O dinheiro, porém, não pode ser levado por nós. O homem mais rico não pode levar sequer um mísero centavo de toda a sua fortuna. Não há gaveta em caixão nem caminhão de mudança em enterro. Mesmo possuindo um império econômico, ao morrer, o homem deixa tudo. O dinheiro só pode ir conosco até à sepultura. Tudo o que granjeamos e recebemos é deixado aqui mesmo. As riquezas da terra não realizam nenhuma marcha conosco além da sepultura.

O amor do dinheiro é raiz de todos os males. Muitos caem nos laços da cobiça e atormentam a sua alma com muitos flagelos. Há aqueles que até mesmo se desviam da fé e mergulham sua alma em doída angústia e pesada tribulação. Por amor ao dinheiro, muitos vivem e morrem, casam-se e descasam, matam e mandam matar, corrompem e são corrompidos. Por amor ao dinheiro, o homem se bestializa e declara guerra ao seu próximo. (...)

LOPES, Hernandes Dias. *Uma insatisfação crônica*. Disponível em <https://www.hernandesdiaslopes.com.br/uma-insatisfacao-cronica>.

QUESTÃO 01

Em relação ao texto “Uma insatisfação crônica”, o autor:

- (A) conclui desenvolvendo bem mais os aspectos negativos do dinheiro do que os positivos.
- (B) conclui desenvolvendo bem mais os aspectos positivos do dinheiro do que os negativos.
- (C) conclui desenvolvendo igualmente os aspectos positivos e negativos do dinheiro, na mesma proporção.
- (D) defende explicitamente a ideia de que a sociedade deveria viver sem o dinheiro.
- (E) defende explicitamente a ideia de que todas as pessoas deveriam ter uma herança.

QUESTÃO 02

“O dinheiro **pode ser conquistado** por nós com o suor do nosso rosto ou **pode ser deixado** para nós como herança dos nossos pais.”

As formas verbais destacadas no trecho acima indicam ações:

- (A) certas de acontecer, na voz ativa.
- (B) certas de acontecer, na voz passiva.
- (C) improváveis de acontecer, na voz passiva.
- (D) possíveis de acontecer, na voz passiva.
- (E) possíveis de acontecer, na voz ativa.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa cuja palavra apresentada entre parênteses é um sinônimo correto para o vocábulo destacado no trecho correspondente:

- (A) “Pode vir do trabalho das nossas mãos ou das mãos daqueles que **laboraram** antes de nós.” (trapacearam)
- (B) “Muitos caem nos laços da cobiça e atormentam a sua alma com muitos **flagelos**.” (degelos)
- (C) “usado de forma egoísta, só para o nosso deleite e de forma **avarenta**, (...) é uma maldição.” (sortuda)
- (D) “mergulham sua alma em doída angústia e pesada **tribulação**.” (deleite)
- (E) “Tudo o que **granjeamos** e recebemos é deixado aqui mesmo.” (conquistamos)

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que a expressão destacada se apresenta na forma de uma hipérbole.

- (A) “**Sai pra fora** agora”, disse o chefe se sentindo insultado pela reclamação recebida.
- (B) A piada que ele contou foi tão engraçada que eu **morri de rir**.
- (C) Em mente vazia, o **príncipe das trevas** encontra espaço para agir à vontade...
- (D) A minha **batata da perna** está doendo muito, desde que cheguei da academia.
- (E) Dirigindo desse jeito, você vai acabar **partindo desta pra melhor**.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa cujo pronome destacado apresenta colocação correta, pela norma-padrão.

- (A) **Se** cuide, pois aonde você vai é perigoso.
- (B) Logo que trouxeram-**me** você, agradecerei.
- (C) Vou pedir que tragam-**me** um copo d’água.
- (D) Ele jamais **nos** queria após o ocorrido.
- (E) Nós nunca fizemos-**lhe** pouco caso.

QUESTÃO 06

“Eu não **acredito** em circunstâncias **ideais**. Quem quer **ou** quem precisa escrever, sinta **e** escreve, seja **onde** for.” (Micheline Verunschek)

Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, uma análise correta da palavra destacada no pensamento acima.

- (A) “ideais” – substantivo que acompanha o nome “circunstâncias”.
- (B) “ou” – conjunção alternativa que liga dois termos dentro de uma mesma oração.
- (C) “e” – conjunção aditiva que liga duas orações diferentes.
- (D) “acredito” – verbo no tempo presente correspondente ao pronome “ele”.
- (E) “onde” – advérbio com sentido de tempo.

QUESTÃO 07

Estabeleça a relação entre os elementos abaixo, associando a forma verbal à lacuna de cada enunciado, de acordo com a norma-padrão. A seguir, assinale a sequência obtida.

(1) havia (2) haviam

- Naquela reunião, () muitas informações confidenciais.

- Já () muitos anos que nós não nos encontrávamos.

- Os dirigentes, naquele encontro, já () marcado uma outra reunião secreta.

- Se existiam rancores ou só () pequenas desavenças, ninguém sabe ao certo.

(A) 1 – 1 – 2 – 1

(B) 1 – 1 – 1 – 1

(C) 1 – 1 – 2 – 2

(D) 2 – 2 – 2 – 1

(E) 2 – 2 – 2 – 2

QUESTÃO 08

CAZO. *Segurança alimentar*. Disponível em <<https://blogdoaftm.com.br/charge-seguranca-alimentar/>>.

Em relação à charge acima, é correto afirmar que:

- (A) o sentido do adjetivo “segura”, na última fala do personagem, é o mesmo de “perigosa”, “arriscada”.
- (B) o sentido do adjetivo “segura”, na última fala do personagem, é o mesmo de “confiável”, “garantida”.
- (C) as imagens dos alimentos são meramente ilustrativas, não mantendo nenhuma relação com a fala do personagem.
- (D) a imagem mostra uma família que vive no mesmo estado de “insegurança alimentar” mencionado pela televisão.
- (E) os elementos verbais e não verbais revelam que se trata de uma família com condições financeiras precárias.

QUESTÃO 09

“À Senhora
Fulana de Tal
_____”

Assinale a alternativa que apresenta a indicação correta de cargo referente ao início de endereçamento de ofício acima, conforme a concordância dos elementos.

- (A) Técnica Administrativo
- (B) Técnico Administrativa
- (C) Secretária-Executiva interina
- (D) Coordenador Administrativo
- (E) Ministro de Estado

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa cuja palavra destacada apresenta ambiguidade (dupla possibilidade de leitura), não estando, portanto, de acordo com as normas da redação oficial.

- (A) Chegaram as encomendas dos funcionários, **os quais** serão presenteados.
- (B) Fiz uma lista de obrigações diárias, **que** deverá ser seguida à risca.
- (C) Foi concedida uma gratificação ao funcionário do mês, **que** será paga em espécie.
- (D) Procurou por vocês a representante do fornecedor, **a qual** ficou muito chateada.
- (E) Eis aqui o relatório elaborado pelo secretário, **que** não é digno de confiança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Relativamente aos ritos e quóruns para a aprovação ou alteração de Lei Orgânica Municipal, assinale a alternativa correta considerando a Constituição Federal:

- (A) O quórum de aprovação exigido para a Lei Orgânica é de três quintos dos membros da Câmara, seguindo a simetria com o processo de emenda à Constituição Federal.
- (B) A promulgação do texto final da Lei Orgânica ou de suas emendas é competência exclusiva da Mesa da Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
- (C) O interstício obrigatório entre o primeiro e o segundo turno de votação é de quinze dias, prazo destinado ao amadurecimento das propostas pelos vereadores.
- (D) A Lei Orgânica deve ser encaminhada ao Prefeito Municipal para fins de sanção ou veto após a conclusão das sessões deliberativas do Poder Legislativo.
- (E) A aprovação da matéria exige o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal, devendo a votação ocorrer em dois turnos com intervalo mínimo de dez dias.

QUESTÃO 12

A doutrina constitucional contemporânea identifica a coexistência de funções típicas e atípicas como um reforço à independência dos poderes. Neste sentido, e considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) A edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo, em situações de relevância e urgência, representa o exercício atípico de uma função normativa com fundamento no artigo 62, da Constituição Federal.
- (B) O julgamento de agentes públicos por crimes de responsabilidade, previsto nos artigos 52 e 86, da Constituição Federal, constitui a função típica do Poder Judiciário.
- (C) A realização de licitações para a aquisição de bens pelo Poder Judiciário caracteriza o exercício de sua função típica jurisdicional, conforme estabelece o artigo 37, XXI, da Constituição Federal.
- (D) A promulgação de leis delegadas pelo Congresso Nacional exemplifica o exercício da função legislativa típica em colaboração com o Executivo, nos termos do artigo 68, da Constituição Federal.
- (E) O provimento de cargos por meio de concurso público no âmbito do Poder Legislativo é classificado como uma função política de governo, fundamentada no artigo 37, II, da Constituição Federal.

QUESTÃO 13

Considerando o sistema eleitoral municipal e o exercício dos mandatos eletivos de Prefeito e Vice-Prefeito, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O sistema majoritário com previsão de segundo turno é aplicado às eleições municipais nos Municípios com população superior a duzentos mil habitantes.
- (B) O Prefeito que pretenda concorrer à reeleição poderá permanecer no exercício do cargo, sendo-lhe inexigível a desincompatibilização, diversamente do que ocorre caso almeje disputar outro cargo eletivo, hipótese em que deverá se afastar definitivamente até seis meses antes do pleito.
- (C) A eleição simultânea em todo o País para os cargos de Prefeito e Vereadores ocorre no último domingo do mês de outubro do ano anterior ao término dos mandatos.
- (D) A data da posse do Prefeito foi postergada para o dia 5 de janeiro para se adequar às alterações constitucionais aplicadas aos mandatos de Presidente e Governadores.
- (E) O sistema eleitoral proporcional é adotado para a escolha do Prefeito nos Municípios que apresentam menos de vinte mil eleitores aptos.

QUESTÃO 14

Sobre a competência e a natureza jurídica das ações de controle de constitucionalidade, de acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) O sistema constitucional brasileiro adota a teoria das normas constitucionais inconstitucionais para viabilizar a declaração de invalidade de normas originárias em face de princípios superiores.
- (B) A ação direta de inconstitucionalidade constitui o meio processual adequado para a impugnação direta de leis municipais que confrontem a Constituição Federal perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) Compete ao Tribunal de Justiça local processar e julgar representação de inconstitucionalidade de leis municipais ou estaduais em face da respectiva Constituição Estadual.
- (D) A natureza dúplice das ações de controle abstrato implica que a eficácia vinculante de uma decisão de mérito em ADI apresenta essência distinta daquela proferida em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- (E) Na hipótese de tramitação simultânea de ações contra a mesma lei estadual perante o Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, o curso da ação no Supremo Tribunal Federal deve ser suspenso até o julgamento final na instância local.

QUESTÃO 15

No que tange ao regime jurídico, à sistemática recursal e aos pressupostos processuais do habeas corpus, do habeas data e do mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- (A) O recurso de apelação interposto contra a sentença que concede a ordem de habeas data é recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo.
- (B) A legitimidade ativa para a impetração de habeas corpus é condicionada à demonstração de capacidade civil e capacidade postulatória do impetrante, devendo este ser representado por advogado quando atuar em favor de terceiros.
- (C) O mandado de segurança se configura como a via processual subsidiária e adequada para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante quando houver necessidade de dilação probatória complexa sobre a natureza do registro.
- (D) A viabilidade do habeas corpus para a correção de nulidades processuais, como a incompetência do juízo, permite que a ordem seja concedida para a anulação de atos decisórios, ainda que a finalidade imediata não seja a soltura do réu.
- (E) O interesse de agir no habeas data é presumido pela existência de dados em registros de entidades governamentais, sendo a demonstração de resistência administrativa um requisito aplicável exclusivamente às ações de natureza civil comum.

QUESTÃO 16

Acerca da natureza jurídica, das características e do regime legal dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) A validade do contrato administrativo se fundamenta na liberdade de forma, de modo que os ajustes celebrados entre o Poder Público e o particular prescindem de documentação escrita ou ritos solenes para a produção de efeitos jurídicos.
- (B) Os contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021 se regulam pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se a eles, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- (C) O regime de licitações e contratos previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021 possui aplicação subsidiária obrigatória às empresas públicas e às sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em sentido estrito.
- (D) A natureza contratual da concessão de serviço público é descaracterizada pelo fato de a titularidade do serviço permanecer com o Poder Público, o que impede a formação de um acordo de vontades bilateral entre as partes.
- (E) A prerrogativa de selecionar a proposta mais conveniente ao interesse público autoriza a Administração, em situações devidamente motivadas, a flexibilizar os critérios previamente estabelecidos no procedimento licitatório para a definição da futura contratada.

QUESTÃO 17

No que concerne ao regime jurídico das licitações para a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, assinale a alternativa correta:

- (A) A contratação de serviços de publicidade e divulgação é passível de ser realizada por meio de inexigibilidade de licitação quando demonstrada a notória especialização da agência contratada.
- (B) Os contratos de serviços de publicidade admitem a inclusão de atividades de assessoria de imprensa e a realização de eventos festivos como componentes integrantes e complementares do objeto principal da avença.
- (C) O procedimento licitatório para serviços de publicidade segue o rito de que a análise da documentação de habilitação de todos os licitantes ocorre em momento anterior ao julgamento das propostas técnicas e de preços.
- (D) A Administração Pública possui a faculdade de adotar o critério de julgamento de "menor preço" para a escolha da agência de propaganda, desde que as exigências técnicas estejam detalhadas de forma precisa no guia de execução.
- (E) O julgamento das propostas técnicas é realizado por uma subcomissão técnica, cujos membros são sorteados a partir de uma relação de profissionais, observando-se a participação de avaliadores sem vínculo funcional ou contratual com o órgão responsável pelo certame.

QUESTÃO 18

Na hipótese de uma concessionária, detentora de lote rodoviário estadual, pretender transferir a execução e exploração de 15% do trecho concedido para uma empresa parceira e pretender contratar uma empresa de tecnologia para implantar e gerir o novo sistema de monitoramento por câmeras e sensores de tráfego em toda a extensão da via, assinale a alternativa correta:

- (A) A transferência parcial da execução e exploração do serviço caracteriza subconcessão, a qual exige autorização expressa do poder concedente e a realização de licitação prévia na modalidade concorrência.
- (B) A contratação da empresa de tecnologia para gerir o sistema de monitoramento configura uma subconcessão, dependendo, portanto, de autorização do poder concedente e de licitação obrigatória, dada a natureza do serviço.
- (C) De acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, a seleção de novas concessionárias de serviço público deve ser realizada obrigatoriamente por meio de concorrência, sendo vedada a utilização da modalidade diálogo competitivo.
- (D) A retomada do serviço pelo Estado, fundamentada em razões de interesse público e sem que haja falha concessionária, denomina-se caducidade e implica o dever de indenização das parcelas de investimentos ainda não amortizados.
- (E) A responsabilidade civil da concessionária perante os usuários da rodovia possui natureza subjetiva, subordinando o dever de indenizar à comprovação de culpa dos seus agentes na execução do serviço.

QUESTÃO 19

Sobre o regime jurídico do processo administrativo federal e a natureza dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) A motivação das decisões administrativas é obrigatória exclusivamente nos casos em que o ato importe na anulação, revogação ou suspensão de direitos anteriormente concedidos.
- (B) A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos são matérias passíveis de delegação a órgãos não subordinados, visando à celeridade do processo.
- (C) Os atos administrativos podem se qualificar como instrumentos secundários de regulação, cuja validade e conteúdo material estão condicionados à fiel execução dos comandos previstos em lei.
- (D) O processo administrativo federal se subordina ao princípio do formalismo rígido, de modo que os atos processuais dependem de forma determinada e específica sob pena de nulidade.
- (E) A desistência do pedido formulado pelo interessado gera a extinção automática do processo administrativo, ficando a Administração impedida de prosseguir com a instrução do feito.

QUESTÃO 20

Relativamente à responsabilização de terceiros privados por atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) A sanção de perda da função pública é passível de aplicação a terceiros privados com fundamento no método de adequação das penalidades estabelecidas no artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992.
- (B) O particular que se beneficia de ato ímprobo se submete ao mesmo prazo prescricional aplicável ao agente público coautor que praticou a ilicitude.
- (C) A configuração da improbidade admite a responsabilização de terceiros privados por condutas culposas, desde que demonstrada a efetiva lesão ao patrimônio público.
- (D) O ingresso superveniente do terceiro privado em cargo público efetivo altera o regime de contagem do prazo prescricional relativo ao ato praticado antes de sua investidura.
- (E) A conduta de instigação, que consiste em estimular um propósito ilícito já existente no agente, é hipótese de incidência tipificada expressamente no texto da Lei Federal n.º 8.429/1992.

QUESTÃO 21

Em relação ao ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter vivos, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos, aprecie as seguintes assertivas:

I – A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal alcança o valor dos bens que excede o limite do capital social a ser integralizado, desde que destinados à formação de reserva de capital.

II – Não incide o ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, desde que, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

III – O ITBI incidente sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital compete ao Município em que sediada a pessoa jurídica.

IV - o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como considerando o disposto na Constituição Federal, está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) II, apenas.

QUESTÃO 22

Em relação ao ISS – Imposto sobre serviços, aprecie as seguintes assertivas:

I - As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e municípios devem observar o teto de 100% do débito tributário, considerando a vedação ao confisco.

II - É inconstitucional a incidência do ISS sobre a restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização.

III - É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis, dissociada da prestação de serviços.

IV – É inconstitucional a dedução de subempreitadas já tributadas pelo imposto sobre serviços do valor da prestação de serviços de construção civil a sofrer nova incidência do ISS.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 23

Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, assinale as seguintes assertivas:

I - A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

II - É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em regulamento os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

III – Não incide o IPTU sobre bem imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido à pessoa jurídica de direito privado exploradora de atividade econômica, devedora do tributo, se prestadora de serviço público delegado.

IV – O credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse no imóvel objeto da alienação fiduciária, não pode ser considerado sujeito passivo do IPTU.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como considerando o disposto na Constituição Federal, está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

QUESTÃO 24

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, é correto dizer ser causa extintiva do crédito tributário:

- (A) a prescrição.
- (B) a moratória.
- (C) o depósito do seu montante integral.
- (D) a decisão judicial de mérito a favor do contribuinte, ainda que recorrível.
- (E) a isenção.

QUESTÃO 25

Acerca do instituto jurídico-tributário da anistia e considerando o disposto no Código Tributário Nacional, analise as seguintes assertivas:

I - A anistia abrange as infrações cometidas anterior e posteriormente à vigência da lei que a concede.

II – A anistia não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mas abrange os que, desde que sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.

III - A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

IV - A anistia não pode ser concedida limitadamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

QUESTÃO 26

Décio, Secretário de Finanças do Município de Beta, consulta a Douta Procuradoria acerca dos limites incidentes sobre as despesas com pessoal.

Considerando o regime da Lei de Responsabilidade Fiscal, é CORRETO afirmar:

- (A) o limite de despesas com pessoal do Município é de 60% (sessenta por cento).
- (B) o limite de despesas com pessoal do Município é de 56% (cinquenta e seis por cento).
- (C) o limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver, é de 7% (sete por cento).
- (D) na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal, serão computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- (E) na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal, não serão computadas as despesas com vantagens pecuniárias de natureza transitória.

QUESTÃO 27

Considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do regime de pagamento de precatórios, é CORRETO se afirmar que:

- (A) havendo precatórios inscritos em anos diversos, inicia-se o pagamento pelo exercício mais antigo dentre os débitos de natureza prioritária.
- (B) a divisão e a organização das classes ocorrem segundo o biênio de inscrição.
- (C) Entre a inclusão do precatório e o limite regular de seu pagamento pelo ente público, não incidem juros de mora sobre o débito.
- (D) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de fevereiro, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente e com incidência de juros de mora.
- (E) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

QUESTÃO 28

Acerca dos pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, considerando o disposto na Constituição Federal, é CORRETO afirmar:

- (A) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins de caracterização das obrigações de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- (B) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins de caracterização das obrigações de pequeno valor, vedado o fracionamento para essa finalidade.
- (C) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao dobro fixado em lei para os fins de caracterização das obrigações de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- (D) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 70 (setenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao dobro fixado em lei para os fins de caracterização das obrigações de pequeno valor, vedado o fracionamento para essa finalidade.
- (E) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins de caracterização das obrigações de pequeno valor, vedado o fracionamento para essa finalidade.

QUESTÃO 29

Considerando o regime das operações de crédito contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, avalie as seguintes assertivas:

I - O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento, dentre outros, da inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita.

II - O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento, dentre outros, dos limites e condições fixados pela Câmara dos Deputados.

III - O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento, dentre outros, de autorização específica do Senado Federal quando se tratar de operação de crédito concedido por instituição bancária integrante da Administração Pública Direta ou Indireta.

IV – São vedadas as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.

(A) II e III, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 30

Tício, Décio e Joaquim são devedores solidários de Mateus da quantia equivalente a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Tício se tornou insolvente.

Os devedores não quitaram a obrigação no prazo concedido em contrato.

Joaquim quitou, sozinho e de modo superveniente, o equivalente à íntegra da obrigação e seus encargos de mora.

Diante desse contexto, é CORRETO afirmar:

(A) Os juros decorrentes da mora apenas seriam exigíveis, por Mateus, em face de Tício.

(B) Joaquim terá ação de regresso, por ter se sub-rogado no crédito, em face de Décio e Tício, suportando o prejuízo diante da insolvência de Tício, o que deixaria de ocorrer apenas se a obrigação fosse indivisível.

(C) Joaquim terá ação de regresso, por ter se sub-rogado no crédito, em face de Décio e Tício, suportando o prejuízo diante da insolvência de Tício.

(D) Joaquim terá ação de regresso, por ter se sub-rogado no crédito, em face de Décio e Tício, sendo que a quota-parte de Tício, insolvente, deverá ser rateada entre proporcional prejuízo de Joaquim, proporcional pagamento por Décio e proporcional desconto por Mateus.

(E) Joaquim terá ação de regresso, por ter se sub-rogado no crédito, em face de Décio e Tício, sendo que a quota-parte de Tício, insolvente, deverá ser rateada entre proporcional prejuízo de Joaquim e proporcional pagamento por Décio.

QUESTÃO 31

Em determinado edifício residencial, todas as unidades possuem, desde a entrega do empreendimento, pequenas prateleiras externas de alvenaria abaixo das janelas da cozinha, destinadas à colocação de objetos decorativos, por comporem o projeto arquitetônico original da fachada. Na unidade em que reside Helena, havia sobre essa prateleira um vaso ornamental. Em certo dia, o vaso caiu sobre a motocicleta de Rafael, estacionada regularmente em via pública, causando danos ao retrovisor e ao tanque.

Considerando a disciplina de responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Helena somente responde pelo prejuízo de Rafael, se este provar dolo ou culpa por parte dela.
- (B) Helena somente responde pelo prejuízo de Rafael, se este provar dolo por parte dela.
- (C) Helena responde pelos danos causados a Rafael, independentemente da prova de dolo ou culpa, ainda que a prateleira externa integre o projeto arquitetônico original do edifício.
- (D) A responsabilidade é exclusiva do condomínio, pois todo elemento que compõe a fachada original do prédio afasta a responsabilidade individual do morador.
- (E) Rafael somente poderá ser indenizado se demonstrar que a queda decorreu de defeito estrutural do edifício, e não apenas da existência do vaso na prateleira.

QUESTÃO 32

Carlos trafegava em velocidade incompatível com a via quando, ao tentar desviar de outro veículo, perdeu o controle do automóvel e invadiu a calçada, atingindo a estrutura de um quiosque instalado regularmente no local. Beatriz, que aguardava ao lado do quiosque, foi violentamente atingida e faleceu no local. Carlos, por sua vez, foi socorrido com ferimentos graves, permanecendo hospitalizado por aproximadamente três meses, vindo posteriormente a falecer em razão das lesões decorrentes do mesmo acidente.

Considerando a situação narrada e as regras do ordenamento jurídico brasileiro acerca da prescrição e da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Eventuais herdeiros de Beatriz terão o prazo decadencial de quatro anos para pleitear indenização em face do espólio de Carlos.
- (B) O prazo prescricional, diante da inexistência de previsão legal específica, é de dez anos.
- (C) O falecimento de Carlos extingue a pretensão indenizatória dos sucessores de Beatriz, uma vez que a responsabilidade civil decorrente de ato ilícito possui natureza personalíssima e não se transmite ao espólio.
- (D) A prescrição intercorrente, se ajuizada ação indenizatória pelos eventuais herdeiros de Beatriz, não observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, possuindo prazo fixo de cinco anos.
- (E) A prescrição iniciada em face de Carlos continua a correr contra seu sucessor.

QUESTÃO 33

À luz da disciplina das obrigações, assinale a alternativa correta:

- (A) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes terá direito a exigir e receber o equivalente ao quinhão hereditário, mesmo se a obrigação for indivisível.
- (B) O devedor que satisfaz a dívida simples por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se por todos a do insolvente, se o houver.
- (C) Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão de crédito, paga ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida.
- (D) Se a obrigação de fazer puder ser executada por terceiro, será livre ao credor mandá-la executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, ficando afastada a indenização cabível.
- (E) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne possível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

QUESTÃO 34

A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. Isso aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se:

- (A) A seu respeito tiver havido contraditório prévio, não se aplicando no caso de revelia e de reconvenção.
- (B) Dessa resolução não depender o julgamento do mérito.
- (C) A seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, também se aplicando no caso de revelia.
- (D) O juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.
- (E) No processo não tiverem sido impostas restrições probatórias, ainda que haja limitações à cognição capazes de impedir o exame aprofundado da questão prejudicial.

QUESTÃO 35

Analise as assertivas a seguir, à luz da disciplina do Código de Processo Civil acerca da Ação Rescisória:

- (I) Têm legitimidade para propor a ação rescisória o Ministério Público se foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- (II) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- (III) Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda, fixando prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para a devolução dos autos.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 36

Eduardo ajuizou execução fundada em título executivo extrajudicial em face de Mariana. Regularmente citada, Mariana opôs embargos à execução, os quais foram julgados improcedentes pelo Juízo de primeiro grau. Inconformada com a sentença, Mariana interpôs recurso de apelação. Ao analisar o recurso, o Desembargador Relator, integrante de uma Câmara de Direito Privado, proferiu decisão monocrática negando provimento à apelação.

Diante dessa situação, assinale a alternativa que indica o recurso cabível a ser interposto por Mariana:

- (A) Recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que a negativa de provimento à apelação por decisão monocrática do relator configura violação direta à legislação federal.
- (B) Agravo interno, por se tratar de decisão individual proferida pelo relator, cabendo ao órgão colegiado competente da Câmara analisar a insurgência.
- (C) Recurso especial, por se tratar de decisão proferida no âmbito do Tribunal, devendo o órgão colegiado da Câmara Cível examinar diretamente sua admissibilidade e mérito.
- (D) Agravo interno, a ser apreciado pelo próprio Desembargador Relator, para que este exerça juízo de retratação acerca da decisão monocrática anteriormente proferida.
- (E) Agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória proferida pelo relator durante o processamento da apelação.

QUESTÃO 37

No que concerne à disciplina de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, assinale a alternativa correta:

- (A) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à segurança jurídica.
- (B) Se não for o requerente, o Ministério Público poderá intervir, facultativamente, no incidente e assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.
- (C) É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- (D) Poderão ser exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (E) A fim de viabilizar a identificação dos processos abrangidos pela decisão proferida no incidente, o cadastro eletrônico das teses jurídicas corresponde ao registro dos dispositivos normativos a elas relacionados.

QUESTÃO 38

Em determinada reclamação trabalhista, o empregado pleiteia o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, sustentando que o empregador descumpriu obrigações contratuais relevantes. A empresa, por sua vez, afirma que o trabalhador também praticou conduta faltosa grave, consistente em atos de indisciplina que contribuíram diretamente para a ruptura do vínculo. Após a instrução processual, restou demonstrado que ambas as partes concorreram, por condutas juridicamente relevantes, para o fim da relação empregatícia.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) Reconhecida a culpa recíproca, o empregado fará jus à integralidade da indenização rescisória, uma vez que a falta patronal, ainda que concorrente com conduta obreira, prevalece sobre a falta cometida pelo trabalhador.
- (B) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá um terço da indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
- (C) A configuração da culpa recíproca autoriza a redução proporcional das verbas rescisórias, pois a responsabilidade de ambas as partes impede o pagamento integral das parcelas decorrentes do contrato.
- (D) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.
- (E) A culpa recíproca poderá ser reconhecida apenas quando houver equivalência absoluta entre a gravidade e a natureza da conduta praticada pelo empregado e aquela atribuída ao empregador, sob pena de prevalecer a culpa exclusiva da parte que tiver cometido a infração mais intensa.

QUESTÃO 39

Analise as assertivas a seguir, à luz da disciplina do aviso prévio:

- (I) O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, desde que não tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- (II) O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.
- (III) O valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 40

Empregada contratada como auxiliar administrativa sofreu aborto espontâneo, devidamente comprovado por atestado médico oficial. Após comunicar o fato à empregadora, requereu afastamento do trabalho e, ao final do período de repouso, o retorno à mesma função anteriormente exercida. Considerando a disciplina prevista na Consolidação das Leis do trabalho acerca da hipótese, assinale a alternativa correta:

- (A) Comprovado o aborto não criminoso por atestado médico oficial, a mulher terá direito a repouso remunerado de duas semanas, bem como ao retorno à função que ocupava antes do afastamento.
- (B) O afastamento decorrente de aborto não criminoso constitui hipótese de suspensão contratual, razão pela qual a empregada conserva o vínculo, mas não faz jus à remuneração correspondente ao período de repouso.
- (C) A empregada somente fará jus ao repouso remunerado se o aborto não criminoso ocorrer após o terceiro mês de gestação, pois, antes disso, o afastamento depende de liberalidade do empregador.
- (D) O aborto não criminoso assegura à empregada repouso remunerado de três semanas, porém não autoriza o empregador, no retorno, a realocá-la em função diversa.
- (E) Em caso de aborto não criminoso, a empregada terá direito ao afastamento remunerado pelo período correspondente à licença-maternidade, desde que o evento seja comprovado por atestado médico.

QUESTÃO 41

Nos termos do art. 156 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compete especialmente às Delegacias Regionais do Trabalho, nos limites de sua jurisdição:

- (A) Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho.
- (B) Instruir os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a serem adotadas para evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.
- (C) Promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.
- (D) Colaborar com as empresas na aplicação dos dispositivos da CLT relativos à segurança e à medicina do trabalho.
- (E) Promover, obrigatoriamente, a cobrança amigável das multas antes do encaminhamento dos processos para cobrança executiva.

QUESTÃO 42

No processo de execução trabalhista são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final, nos termos do art. 789-A da CLT. De acordo com a tabela prevista nesse dispositivo legal, o valor das custas para a oposição de embargos à execução corresponde a:

- (A) R\$ 11,06.
- (B) R\$ 22,13.
- (C) R\$ 44,26.
- (D) R\$ 55,35.
- (E) 5% (cinco por cento) sobre o valor da execução, observado o limite máximo de R\$ 1.915,38.

QUESTÃO 43

Considere as assertivas a seguir:

I. Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.

II. Da decisão proferida por Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 (oito) dias úteis, assegurado igual prazo ao recorrido e aos interessados para apresentação de razões de contrariedade.

III. Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, é inaplicável o art. 321 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 284 do CPC de 1973) quando verificada, na petição inicial do *mandamus*, a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação.

IV. A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

Diante das assertivas apresentadas e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva I está correta.
- (D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (E) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 44

A Lei Federal nº 7.347/1985 disciplina a ação civil pública e tem por finalidade a proteção do meio ambiente, do consumidor, do patrimônio cultural, compreendidos os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como de outros interesses difusos e coletivos.

Considerando suas disposições, assinale a alternativa para a qual não é cabível a ação civil pública.

- (A) Tributos, contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- (B) Infrações à ordem econômica.
- (C) Danos ao patrimônio público e social.
- (D) Violações à ordem urbanística.
- (E) Lesões à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

QUESTÃO 45

Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, assinale a alternativa que constitui serviço público de manejo das águas pluviais urbanas.

- (A) Coleta, incluída a ligação predial, dos esgotos sanitários.
- (B) Transporte de resíduos domésticos.
- (C) Drenagem urbana.
- (D) Reservação de água bruta.
- (E) Transporte dos esgotos sanitários.

QUESTÃO 46

Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada é considerada:

- (A) Desigualdade racial.
- (B) Discriminação racial ou étnico-racial.
- (C) Desigualdade de gênero e raça.
- (D) Preconceito racial.
- (E) Exclusão cultural institucionalizada.

QUESTÃO 47

Considere as assertivas a seguir:

I. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

II. Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou da omissão.

III. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.

IV. A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para sujeitar o condenado à medida de segurança.

Considerando as assertivas acima e o disposto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 48

Nos termos do art. 116 do Código Penal, assinale a alternativa que contempla hipótese de impedimento da prescrição:

- (A) A pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.
- (B) O recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) A decisão confirmatória da pronúncia.
- (D) A pronúncia.
- (E) O início ou a continuação do cumprimento da pena.

QUESTÃO 49

A Lei Orgânica do Município de Três Corações estabelece objetivos fundamentais e prioritários a serem observados pela Administração Municipal. Assinale a alternativa que contempla um desses objetivos fundamentais.

- (A) Gerir os interesses locais, como fator essencial ao desenvolvimento da comunidade.
- (B) Promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico da população da sede do Município e de seus Distritos.
- (C) Promover as condições necessárias para a fixação do homem no campo.
- (D) Cooperar com a União e o Estado e associar-se a outros Municípios, na realização de interesses comuns.
- (E) Proteger o meio ambiente e combater a poluição.

QUESTÃO 50

O artigo 20 da Lei Orgânica do Município de Três Corações dispõe que o Município exerce, em seu território, todas as competências que lhe são outorgadas pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelas leis gerais da União e do Estado, de forma a tornar ampla e efetiva a sua autonomia. Essas competências subdividem-se em competência privativa, competência comum, competência suplementar, competência em cooperação e vedações. Assinale a alternativa que contempla uma atribuição de competência privativa do Município de Três Corações.

- (A) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) Participar da criação de entidade intermunicipal para a realização de obra, exercício de atividade ou execução de serviço específico de interesse comum;
- (C) Estabelecer preferências em relação aos demais Municípios e entidades do Estado.
- (D) Promover programas de construção de moradias populares e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- (E) Disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais.

PROVA DISCURSIVA
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No âmbito do Município de Beta, foi incluído na dívida ativa, em 1º de janeiro de 2022, o débito tributário lançado em 5 de fevereiro de 2018 ao contribuinte pessoa jurídica Serra Boa Ltda.

Em 1º de dezembro de 2022, o Município propôs, por meio de sua procuradoria jurídica, a regular execução fiscal, distribuída junto à 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta.

Citada da execução fiscal em 1º de março de 2024, a Executada Serra Boa Ltda. se quedou inerte e não pagou o débito fiscal.

Exauridas as diligências pela localização de bens da Executada, foi possível se aferir a insolvência da pessoa jurídica e o encerramento irregular de suas atividades sem prévio procedimento de liquidação.

Diante disso, o Município requereu, em 3 de fevereiro de 2025, nos próprios autos, que a execução fosse direcionada ao sócio da pessoa jurídica, qual seja a pessoa natural Amélia, o que foi deferido pelo Juiz.

Citada da execução fiscal em 14 de julho de 2025, Amélia também não se manifestou.

Avançando-se à fase de constrição patrimonial da sócia Amélia, foi localizado um veículo de sua titularidade, de elevado padrão, o qual foi penhorado pelo Juízo.

Dois meses depois, o Município foi citado de embargos de terceiro opostos por Mário, o qual alega interesse jurídico decorrente da constrição do veículo registrado em nome de Amélia, pois o bem foi adquirido por Mário, que quitou o preço, celebrou contrato particular de compra e venda e recebeu o veículo por meio da tradição, antes da constrição judicial, embora após a inclusão em dívida do débito tributário e a citação de Amélia quanto à sua inclusão no polo passivo da execução fiscal.

Mário alega que o bem já lhe pertence, inviabilizando a penhora determinada nos autos da execução fiscal. Sustenta também que a execução fiscal não poderia ter sido direcionada à Amélia, pois que não foi instaurado para tanto incidente específico de desconsideração de personalidade jurídica, bem como inexistiu desvio da personalidade jurídica ou confusão patrimonial a tornar possível o redirecionamento da execução fiscal à sócia. Argumenta, ao fim, que está prescrita a pretensão executiva em face de Amélia, elemento que reforça a invalidade da constrição judicial que impugna.

Requereu, liminarmente, a suspensão do ato constitutivo e, no mérito, o seu cancelamento definitivo.

A liminar foi deferida pelo Juiz, sob o fundamento de que todos os argumentos do Embargante Mário denotam probabilidade do direito e perigo na demora que reclamam a atribuição de efeito suspensivo durante o trâmite dos Embargos de Terceiro, suspendendo os efeitos da penhora sobre o veículo.

O Município de Beta foi intimado dos Embargos de Terceiro e da respectiva medida liminar deferida.

Sendo assim, na condição de procurador do Município de Beta, adote a medida processual cabível para reformar a liminar suspensiva concedida pelo Exmo. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 13 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	

98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

